

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

EDITORES AD HOC V.29 N.2

Carlos Montão **UFRJ**

Janete Luzia Leite **UFRJ**

Yolanda Guerra **UFRJ**

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Português)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



praiavermelha.ess.ufrj.br



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 2
2019
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 473-808	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



CC BY-NC-ND 4.0

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

Imagem de capa: laphotopro/Pixabay

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

PRAIAVERMELHA

O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita

The ethical-political project of Social Work from the PT cycle
to the extreme right-wing escalation

Mossicléia Mendes da Silva

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 2

p. 559-587

2019

RESUMO

Este trabalho trata do projeto ético-político do Serviço Social, realizando uma reflexão sumária sobre os tensionamentos e desafios enfrentados pela profissão no sentido da sua defesa. Nos limites de um rápido ensaio, são retomados aspectos centrais do projeto ético-político, abordados pontos básicos que caracterizaram o contexto sociopolítico dos governos petistas e as contradições para o Serviço Social. Por fim, delineiam-se problematizações ainda muito iniciais do contexto de avanço do conservadorismo e sua consagração nas eleições presidenciais, ao passo que se coloca em tela o acirramento dos desafios ao projeto ético-político.

PALAVRAS-CHAVE

Projeto ético-político; conjuntura política; conservadorismo.

ABSTRACT

This paper deals with the ethical-political project of Social Work, making a brief reflection on the tensions and challenges faced by the profession in the sense of its defense. Within the limits of a quick essay, central aspects of the ethical-political project are taken up, basic points are identified which characterized the socio-political context of the PT governments and the contradictions for Social Work. Finally, some early context problematizations of the advance of conservatism and its consecration in the presidential elections are outlined, while the challenges on the ethical-political project are presented.

KEYWORDS

Ethical-political project; political conjuncture; conservatism.

Recebido em 16.01.2019

Aprovado em 24.04.2019

INTRODUÇÃO

Este breve ensaio tem por objetivo realizar uma reflexão sobre o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, seus principais fundamentos e especificidades, problematizando as tensões e possibilidades para seu fortalecimento a partir das forças sociais e políticas em presença na dinâmica da luta de classes do capitalismo dependente brasileiro, com um rápido recorte do ciclo petista e uma iniciação à discussão do avanço da extrema-direita consolidada com a eleição de Jair Bolsonaro.

O trabalho se organiza a partir de três eixos de discussão: no primeiro, são retomados os elementos básicos que dão sentido e direção ao projeto ético-político; em seguida, são problematizados os determinantes político-conjunturais dos governos petistas e as tendências do Serviço Social na direção do projeto profissional; por fim, são feitos alguns apontamentos sobre a conjuntura que se consolida no Brasil com a ofensiva ultraconservadora, consagrada nas urnas com a eleição de um candidato de extrema-direita, ao tempo que se problematiza o agravamento das condições histórico-concretas para defesa do projeto ético-político.

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: REVISITANDO SEUS FUNDAMENTOS

Quando se trata de projetos profissionais, remete-se a determinada construção coletiva realizada por uma categoria profissional, que particulariza a direção social da inserção desta categoria numa dada sociedade.

[...]apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...] (NETTO, 2006, p. 144).

Os projetos profissionais são atravessados, influenciados e mediatizados pelos projetos societários e pelos distintos interesses dos quais são portadores. O projeto ético-político assume valores universais e humanistas, cujo horizonte é a emancipação humana. Iamamoto (2009) afirma que, ao adotar esses valores – universais –, a profissão transcende os meros interesses corporativistas. Ainda que defenda as prerrogativas profissionais, “[...] o projeto os ultrapassa, porque é dotado de caráter ético-político” (p.27).

Segundo Teixeira e Braz (2009), os elementos constitutivos desse projeto ganham visibilidade social por meio de determinados componentes construídos pelos(as) próprios(as) assistentes sociais, quais sejam: a produção do conhecimento no interior do Serviço Social; as instâncias político-organizativas da profissão; a dimensão jurídico-política da profissão. Além dessas dimensões, é fundamental destacar, ainda, o exercício profissional, uma vez que o Serviço Social é uma profissão eminentemente interventiva, e, portanto, o cotidiano profissional é uma esfera imprescindível para legitimidade e visibilidade social.

O projeto está sempre determinado por mediações, as mais complexas, balizado por uma das questões fulcrais na sua efetivação: o estatuto assalariado através do qual o (a) assistente social se insere na divisão sociotécnica do trabalho. Deste modo, é vital compreender que entre a ideação desse projeto e sua materialização, o estatuto assalariado é uma mediação indispensável.

Ao assumir como valor ético central a liberdade, referenda categorias a ela inerentes, isto é, a autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais, a justiça social, a ampliação da cidadania e da democracia, bem como a luta pela eliminação dos preconceitos, defesa dos direitos humanos, entre outros. Tal posicionamento implica assumir o compromisso profissional de vinculação à construção e à efetivação de outra ordem societária (nas possibilidades e limites profissionais), cujas bases estão fincadas nos interesses da classe trabalhadora.

Fundado na consolidação de uma apropriação densa da crítica marxista da sociabilidade burguesa, o Serviço Social que desponta nos anos 1990 é claramente uma profissão que recusa o conservadorismo, faz uma crítica contundente à sociedade capitalista, vincula-se organicamente aos movimentos sociais, tem ação protagonista na construção das políticas sociais, faz fundamentadas e duras críticas aos governos neoliberais, luta pelos direitos de cidadania, mesmo reconhecendo seus limites no âmbito das contradições que fundamentam o Estado capitalista. Em suma, articula-se na atuação da garantia dos ganhos da emancipação política – que incluem os direitos de cidadania ou direitos sociais, mas aponta como horizonte a possibilidade da plena emancipação humana, o que supõe apoiar a luta dos trabalhadores e a ela articular-se no sentido da própria revolução social.

Como se observa não é exatamente uma posição típica das chamadas profissões liberais. Não é também um projeto profissional favorecido pelo contexto da década de 1990, com a ofensiva neoliberal, o refluxo do movimento dos trabalhadores, a investida sem tréguas do capital financeiro sobre o Estado no sentido de privatização das políticas sociais, restrição de direitos e aprofundamento da lógica dependente do capitalismo Brasileiro, cujos fundamentos estão fincados na superexploração da classe trabalhadora.

Todo contexto de destruição social da ofensiva neoliberal, na década de 1990, sobretudo nos governos de Fernando Henrique Cardoso – apesar das duras perdas impostas aos trabalhadores do setor público e do privado, da ofensiva contra os movimentos sociais e da inobservância de muitos dos dispositivos, constituições, e leis orgânicas recém-aprovadas, como a Lei Orgânica da Assistência Social –, não pôde solapar as bases combativas da categoria profissional, que assumiu papel de destaque na construção e defesa das políticas sociais.

O CICLO PETISTA E AS CONTRADIÇÕES QUE TENSIONARAM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Iniciados os anos 2000, o PT chega à esfera mais alta do executivo brasileiro sobre grande comoção social. Frações majoritárias da classe trabalhadora veem na eleição de Lula um evento histórico e catalisador de um novo tempo para o país. Movimentos sociais, segmentos mais progressistas da sociedade, intelectuais e artistas demonstravam grande euforia na vitória do ex-operário (GARCIA, 2012).

Paradoxalmente, as classes dominantes não apresentavam sinal de desespero com a eleição de Lula, o que era elucidativo da certeza de que dispunham quanto ao fato de que o PT não levaria a cabo nenhum projeto radicalmente reformista para o Brasil. Isto já se insinuava nas próprias alianças compostas pelo PT para garantir a eleição de Lula nas eleições presidenciais de 2002 e pela própria conduta do candidato Lula no pleito eleitoral, sobretudo, com a “Carta ao povo Brasileiro” (BRAZ, 2004).

No decorrer do primeiro mandato do governo Lula, conforme documentado por Mendonsa (2012), há uma ampla inserção de assistentes sociais nas diversas políticas sociais, inclusive com grande relevância no Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, com destacada importância das intervenções do Serviço Social na constituição da política de assistência social.

Ao longo dos períodos de presidência de Lula se aprofundaram as contradições de um governo de conciliação de classes e a permanência dos principais pilares macroeconômicos da política de estabilidade fiscal com anuência e apoio à hegemonia do capitalismo financeirizado. Nesse contexto, parece ter o Serviço Social ficado numa encruzilhada de complexa resolução. Por um lado, nunca antes a profissão teve tanto acento no âmbito da elaboração de políticas sociais, mormente a política de assistência social – e não por acaso por que esta foi central para a estratégia político-governamental dos governos petistas –, bem como também jamais se verificou uma ampliação tão significativa do número de assistentes sociais requisitado para execução das políticas sociais.

Uma breve retomada dos investimentos nas políticas sociais,¹ o crescimento do emprego formal, a ampliação de número de vagas nas Universidades Federais, bem como a criação de programas de bolsas e cotas para garantia de acesso de jovens pobres e negros à Universidade, o investimento em programas de transferência de renda e um crescimento econômico mais dinâmico davam a tônica de um governo promissor e para alguns, até mesmo progressista. Esse movimento é acompanhado pela criação de novos cursos de Serviço Social no setor público, mas principalmente, no setor privado.

Por outro lado, vê-se ampliar as requisições de aligeiramento e tecnificação da formação em Serviço Social,² expansão de cursos na modalidade de Ensino a Distância, bem como explodem as formas mais precarizadas de inserção profissional para fazer frente, mormente, às demandas da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em outra linha, a saúde – objeto de adensamento da terceirização via Organizações Sociais e concessão de gestão como no caso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) –, política com maior número de assistentes sociais no Brasil, também aprofunda os meios de contratação mais precarizados.

Na Previdência Social, não se pode negar a importância dos concursos para o INSS depois de perdas de quadros funcionais do Serviço Social, o que favoreceu uma pequena recomposição do quadro técnico do Serviço Social no INSS. Movimento que se retraiu no último concurso de 2015, o que se observa na não contratação de assistentes sociais que excederam o número de vagas, mesmo havendo demanda explícita no órgão.

1 Em Tese de Doutorado, Silva (2018) traz análise comparativa dos Orçamentos da Seguridade Social com a Dívida Pública, por exemplo, e constata que essa pequena retomada de investimentos de recursos federais nas políticas sociais foi frágil e inconsistente, haja vista os diversos mecanismos acionados pelo governo visando à retirada de recursos da Seguridade Social para metas de superávit primário.

2 Não exclusivamente para o Serviço Social, mas uma tendência geral das requisições da profissionalização para as necessidades do capital.

Em rápida síntese é possível identificar a encruzilhada para o Serviço Social e seu projeto profissional: ao tempo que se amplia a requisição da profissão, seguida de uma importante divulgação, reconhecimento e legitimação da categoria face à própria dinâmica de expansão das políticas sociais, se coloca no campo denso das contradições a forma incipiente, precarizada, focalizada e restrita como as políticas são desenvolvidas, bem como a direção social de que são objeto e os impactos disso na própria limitação do Serviço Social aos traços mais tecnicistas, burocráticos e assistencialistas de sua atuação.

Teriam sido os governos petistas o momento mais propício ao projeto ético-político do Serviço Social ou teria o Serviço Social caído nas artimanhas da cruzada político-ideológica que assentavam as bases do governo de conciliação de classes, cuja estratégia central para intervenção sobre as expressões da questão social foi o desenvolvimento de uma política social focalizada e seletiva, com forte acento nas estratégias de alívio à pobreza? Não há resposta estanque, mas isso demanda algumas reflexões.

A profissão passou sim por um processo importante de expansão e as pautas dos governos petistas em torno das demandas da classe trabalhadora, ainda que restritas e limitadas, deram bases importantes para que o projeto profissional do Serviço Social mantivesse a direção ético-política de suas entidades profissionais, com algum espraiamento na categoria profissional como um todo, o que não significa sinalizar uma completa efetivação daquele projeto. Até por que, como ideia coletiva este não é um projeto para efetivação prática, mas um processo social, político, cultural e intelectual que norteia o ser profissional do Serviço Social. A luta em torno do projeto ético-político é sempre uma luta por expansão das bases sociais de possibilidades à plena emancipação humana, o que supõe a construção de outra ordem societária e esta não é possibilidade histórica ao Serviço Social, posto que uma atividade histórica do sujeito coletivo que é a classe trabalhadora.

Mas o que se quer evidenciar é justamente a contradição que se coloca num contexto sociopolítico em que a própria classe tra-

balhadora é parcialmente absorvida em um governo que se alinha ao apassivamento dos movimentos sociais e ao aparelhamento de entidades representativas da classe trabalhadora. Por que, se por um lado o Serviço Social tem na luta de classes um fator decisivo para a direção do projeto ético-político, também tem na sua autonomia relativa importantes possibilidades para imprimir direção social emancipatória à sua atuação profissional.

Como coletivo não homogêneo, mas permeado por disputas, o Serviço Social brasileiro passou os governos petistas no cerne de contradições que são próprias da sociedade capitalista, sob o capitalismo dependente brasileiro e a estratégia petista de gestão da crise do capital, e contradições que, resultantes dessas outras, são próprias da categoria profissional.

Nesse sentido, ao tempo que se processou uma intensa ampliação de assistentes sociais atuando nas políticas sociais, o debate e as críticas ao governo petista ganhavam fôlego no Serviço Social à medida que se acentuava a agenda contrarreformista do PT.

Não foram pouco significativos os embates da categoria na avaliação dos governos petistas, sobretudo no que se relacionava à direção dada à política de assistência social. Os ganhos em termos de normatização, legitimidade e institucionalidade, bem como o fato não menos importante do lugar que tal política passou a ocupar no organograma do Governo Federal e, principalmente, o modo como essa construção contou com vanguarda de assistentes sociais, atuando na formulação, implementação e gestão da política em nível nacional, endossavam os argumentos do grupo profissional à frente desse processo de que a política de assistência social havia chegado a um patamar de grande importância no Brasil e que para o Serviço Social isso teria sido decisivo. Não há como contestar os avanços alcançados no campo da assistência social, mas uma espécie de superdimensionamento desses ganhos minimizava as dificuldades e os limites concretos da direção social dada à assistência social nesse período. Ao tempo que importantes trabalhos apontavam para o desmonte da seguridade social (MOTA, 2008; RODRIGUES, 2011;

BEHRING, 2013; SALVADOR, 2017, entre outros), demonstrando sua corrosão via desfinanciamento, focalização das políticas sociais e a centralidade da política de assistência social.

Também estudos importantes como o de Boschetti, Teixeira e Salvador (2013) apontavam uma dinâmica orçamentária que a despeito de ampliar os recursos na política de assistência social, canalizava fração majoritária desses recursos para os programas assistenciais de transferência de renda, ao passo que o SUAS padecia de infraestrutura precária e difíceis condições de trabalho para os profissionais, com pífia qualidade dos serviços socioassistenciais.

Adensou-se o debate sobre a tese da “assistencialização da seguridade social”. Mota (2011) indicava que estavam em processo a privatização da saúde e previdência social e a construção da lógica do cidadão-consumidor, assim como a centralidade da Assistência Social e nesta direção, “[...] As políticas de seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória [...]” (MOTA, 2008, p. 133).

Sposati (2011), em direção analítica contrária, defendia os ganhos da política de assistência social e combatia enfaticamente a ideia de assistencialização. Ao denominar a precarização da política de assistência social como assistencialização, defendia Sposati, se termina por atribuir um caráter negativo à área, dissemina-se a ideia de que precarização é natural da assistência social e inerente a ela. “Sob esse modo de ver, a presença da Política de Assistência Social seria nefasta à sociedade brasileira e, até mesmo, às políticas sociais em geral e, especificamente, à seguridade social” (p.35).

O que se colocava como mais grave nesse processo que estava na base daquela encruzilhada a que se aludiu, é que o movimento em torno da centralidade e expansão da assistência social e a importância do Serviço Social nesse processo provocavam inflexões importantes do ponto de vista da diferenciação entre a profissão e a política social. Este talvez tenha sido um dos grandes enredos nos quais o Serviço Social pelejou: diferenciar a expansão da assistência social da possibilidade concreta de solidificar o projeto ético-político.

Essa contradição latente atravessa a primeira década dos anos 2000 e gira em torno dos riscos reais de transformação da assistência social em um fetiche, um “mito” e de assimilar seus frágeis avanços como um avanço do próprio Serviço Social.

Não se pode negligenciar, no entanto, que também a pauta das minorias, a agenda em torno das demandas de grupos historicamente oprimidos como mulheres, negros, população LGBT ganharam campo mais amplo para disputa e, mesmo com as limitações de um governo de conciliação de classes de inclinação moderada à esquerda, pleitearam e angariaram algumas de suas reivindicações. A despeito do processo de criminalização da pobreza e do aumento do encarceramento, pautas elementares às democracias liberais clássicas ganharam alguma ressonância numa sociedade extremamente conservadora como a brasileira, ou em outros termos, a “democracia blindada” permitia uma série de direitos civis e democráticos e uma gama de liberdades consensuais para manutenção do regime (DEMIER, 2018).

Em suma, o período que comportou os mandatos de Lula até início do segundo governo Dilma, mesmo face às contradições já sinalizadas e aos claros limites da agenda política assumida pelo PT, acoplava uma série de determinações mais ou menos favoráveis a uma disputa possível para hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social; na medida em que suportava uma movimentação ativista em prol dos direitos e liberdades liberais clássicas, fazendo anuência a pautas progressistas e até mesmo assimilando no aparato estatal medidas para enfrentar alguns desafios das demandas das chamadas minorias. Assim, o ciclo petista galvanizava possibilidades democráticas de livre oposição das camadas políticas mais à esquerda ao seu projeto burguês de gestão da crise do capital no capitalismo dependente brasileiro, o que parece ter sido muito importante para manter viva a disputa em torno do projeto ético-político do Serviço Social.

O agravamento da crise capitalista implica sempre duras ofensivas contra a força de trabalho em favor da recomposição do capital. O projeto político-econômico encabeçado pelo PT permitia alguma

acomodação com as demandas da classe trabalhadora, sobretudo sua fração mais empobrecida – expondo seus limites tangentes. Tal projeto começou a mostrar esgarçamento a partir das jornadas de junho de 2013 e assumiu expressão radicalizada na disputa acirrada das eleições presidenciais em 2014, resultando na vitória de Dilma para seu segundo mandato.

A pauta central dos debates girava em torno de impetrar as contrarreformas para fazer frente à crise econômica mundial ou manter os “avanços sociais recentes”, com prioridades para a política social. Com a defesa desta última plataforma, Dilma chegou à presidência com uma margem mínima de maioria, um oponente inconformado e uma direita raivosa, sedenta por embargar o exercício do mandato legítimo da presidenta. A intensa pressão política e econômica colocava o governo Dilma na iminência do colapso, quando a presidenta começou a fazer uma brusca rotação à “centro-direita”, passando a aplicar justamente o conjunto de medidas de arrocho fiscal e a consequentemente contrariar o compromisso firmado em campanha.

Desta feita, aqueles “pacotes de maldades” que já se colocavam como ameaça real à classe trabalhadora brasileira para 2015, “independentemente de quem vencesse as eleições”, acabaram sendo de “interesse do próprio PT e dos setores econômicos que sustentavam o poder [...]”, a fim de aproveitar a conjuntura de forte instabilidade para aprovar “várias medidas de interesse do capital e do governo, sem que a classe trabalhadora se rebelasse e conseguisse barrar os ajustes” (QUEIROZ, 2016, p. 536).

Enfim, procedeu-se à cartilha neoliberal de primeira linha, impactando sobre direitos da classe trabalhadora, programas e políticas sociais e sob as condições de vida da classe média. Entre 2015 e 2016 tendências fortemente contrarreformistas foram empregadas pelo governo Dilma e seu *Staff* técnico,³ de clara direção liberal conservadora ao mais afinado gosto do mercado financeiro em um contexto de iminente caos político.

3 Note-se, por exemplo, a nomeação de Joaquim Levy, exímio seguidor das orientações neoliberais da Escola de Chicago, para Ministro da Fazenda.

DO IMPEACHMENT À VITÓRIA ELEITORAL DA EXTREMA-DIREITA: ALGUNS ELEMENTOS INICIAIS PARA PENSAR SOBRE OS DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A irrupção de escândalos de corrupção e uma investida sem trégua da direita e extrema direita contra o PT tornavam o contexto do segundo governo Dilma insustentável. Neste ínterim, estavam postas condições históricas favoráveis à expansão do mais aberrante veio conservador da sociedade brasileira, que capitaneado pela ala política mais interessada na queda de Dilma – inclusive sua base aliada, o PMDB, sob batuta de Michel Temer –, tornou-se uma das molas propulsoras do *impeachment*.

A despeito de divergências jurídicas quanto à condução e ao mérito do processo – corretamente qualificado como golpe de estado institucional, dada a inexistência da qualificação definitiva do crime de responsabilidade, constitucionalmente punível com o *impeachment* – acionado em meio ao maior escândalo de corrupção generalizada já registrado na história do país – envolvendo os mais altos escalões dos principais partidos políticos, altos dirigentes de estatais e vários executivos de empreiteiras e grandes empresas privadas – o efeito social e político dele foi uma espécie de reprodução, à brasileira, da ascensão do conservadorismo na conjuntura internacional (SOUZA, 2016, p. 273-274).

Assegurada pela mais alta cúpula do grande capital e pelos grupos de mídia massificadora, essa investida conservadora consolidou o *impeachment* de Dilma Rousseff da Presidência da República. A chegada de Temer ao Planalto Central, conjugado com um Parlamento expressivamente conservador e majoritariamente denunciado nos processos de investigação sobre corrupção, marca a ascensão de uma ofensiva ultraliberal de largas proporções. Sob a falácia do combate à corrupção, da necessidade de ajuste das contas públicas e do enfrentamento à crise econômica, o governo Temer passa a implementar uma série de medidas, cujo impacto social tem se mostrado desastroso.

Esse contexto da ascensão do conservadorismo e da escalada da extrema-direita⁴ ganha ampla envergadura. Mota (2017) assinala que

na segunda década do século XXI, o aprofundamento da crise do capital, a queda tendencial da taxa de lucros e a hipertrofia do capital financeiro fornecem o lastro para emergir, ressignificada, “a cultura da crise” – uma cultura política levada a efeito pela burguesia e seus intelectuais, referenciada nas diretrizes neoliberais, robustecida pela desqualificação genérica da esquerda, pelo fenômeno da corrupção espetacularizado midiaticamente e pelo conservadorismo moral da direita, ampliando as estratégias materiais e ideológicas necessárias à formação do consenso das classes subalternas (MOTA, 2017, p. 41).

Desde as manifestações massificadas contra o governo Dilma já em 2015, ficavam evidentes as bases conservadoras e reacionárias que conseguiram capitalizar a insatisfação de camadas importantes da sociedade brasileira, com destaque para as camadas médias, mas também com impacto importante sobre frações da classe trabalhadora. O caráter violento dessa guinada conservadora apelava para:

pedidos de retorno e saudações ao regime civil-empresarial-militar instaurado em 1964, agressões físicas e verbais e perseguições a militantes petistas ou de esquerda, discurso anticomunista, ufanista, nacionalista e elitista, além das posições manifestas em caráter religioso e contrário às reivindicações do movimento feminista, LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, e de negros (SOUZA, 2016, p. 276).

O governo de Michel Temer aglutinou uma série de medidas severas para classe trabalhadora ao tempo que as forças políticas mais

4 Na esteira de tendências internacionais que marcam a expansão da extrema-direita nos países europeus desde 2010, desde os abertamente fascistas até os mais “moderados”. Também a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos, joga água nesse moinho de ultraconservadorismo de direita e em sua consolidação frente a importantes países capitalistas.

reacionárias junto a determinados segmentos da elite jurídica do país – com anuência do STF – consolidava o cerco político-jurídico em torno de Lula para impedir sua candidatura ao pleito presidencial, culminando na sua prisão.⁵ Por outro lado ganhava envergadura a candidatura de Jair Bolsonaro, expoente exímio do projeto da extrema-esquerda brasileira. A burguesia conservadora do capitalismo dependente brasileiro, historicamente antidemocrática e pouco permeável aos interesses populares, na sanha de acelerar a recomposição do capital nessas latitudes, sem nem mais comportar as tímidas melhorias que os governos petistas ofereciam aos trabalhadores em troca do consenso social democrático, acabava por assimilar a pauta ultraconservadora de Jair Bolsonaro e seus congêneres, posto que seu representante original – o candidato Geraldo Alckmin do PSDB – não deslanchava na campanha presidencial.

Assentado num discurso conservador de extrema-direita, sedimentado sob a estratégia de disseminação de ideias e falas de efeitos nas redes sociais e apoiado pelas forças mais conservadoras da sociedade brasileira – com destaque para as igrejas evangélicas e segmentos da igreja católica – Bolsonaro angariava cada vez mais apoio do eleitorado, sobretudo em função do ódio ao PT sob a falácia do combate à corrupção e à violência. Para completar, o candidato

5 A prisão de Lula é parte de um processo de recrudescimento antipopular da democracia blindada brasileira, no qual seus traços bonapartistas, togados e fardados, se intensificam gradativamente. Necessitando de agudas contrarreformas e de uma austeridade sem precedentes, o grande capital, uma vez assestado o Golpe do impeachment, não se dispôs mais a tolerar o pacto, ou melhor, a concertação social que, com relativo êxito – para o capital – vigorara por quase toda a duração dos governos petistas. Partido da concertação social por excelência, o Partido dos Trabalhadores, e seu líder máximo, Lula, tiveram de ser retirados celesmente do jogo político, e todos os meios necessários para isso, legais ou ilegais, foram devidamente usados. Depois do Golpe, as amarras constitucionais foram rompidas, os pudores democráticos foram dispensados e para a burguesia tudo parece então ser possível. O seu desejo anda solto, e seu flerte com o fascismo já não é só virtual (DEMIER, 2018. Não paginado).

do PSL foi vítima de um ataque violento – talvez um tanto mal explicado – o qual parece ter acalorado e arrebatado ainda mais “mentes e corações” em torno de sua candidatura.

O discurso tosco e violento do candidato saltava à vista, bem como o viés ideológico conservador e reacionário da face mais acirrada da extrema-direita no Brasil, paradoxalmente assentado na falácia do candidato de que somente sua eleição ofereceria ao país a possibilidade de se libertar da ideologia marxista e do “politicamente correto”. O combate ao chamado “marxismo cultural”, a “ideologia de gênero”, a liberação do porte de armas, a diminuição da maioridade penal, a revisão da demarcação das terras indígenas, o combate aos avanços da “ditadura LGBT”, bem como a constituição de outra via de relações internacionais livre das amarras ideológicas endossavam o discurso político do candidato, majoritariamente disseminado por suas redes sociais, já que não compareceu a maioria dos debates, inclusive no segundo turno, ao tempo que conferia entrevistas exclusivas a algumas emissoras de televisão.

A escalada absurda do ódio e da violência assentou as bases de uma eleição que teve até mortes por brigas partidárias e sedimentou os alicerces de uma extrema polarização política.

No rastro de radicalização do conservadorismo, evidenciam-se ações concretas de expressão do ódio e da intolerância a tudo o que se contrapõe aos pilares desse pensamento. São evocadas intransigentemente a autoridade, a hierarquia, a ordem, a repressão e a disciplina, em nome da família, da tradição e da igreja. Nesse clima, intensificam-se os ataques a direitos conquistados, ameaçam-se os pilares da democracia, ataca-se tudo o que é visto e entendido como risco à ordem e harmonia social. Assim, gays, lésbicas, negros/as, transgêneros, religiões de matriz africana, comunistas, socialistas, presos/as, pobres, mulheres, entre outros/as, são vistos/as como ameaças a serem exterminadas com repressão, violência e disciplina. Instaura-se a defesa do justicamento com as próprias mãos, evoca-se a punição e o sofrimento (CARDOSO, 2016, p. 103).

A guerra declarada à esquerda, aos movimentos sociais e a toda pauta minimamente progressista se assenta num total irracionalismo, que aliado ao improvisado e ao despreparo do candidato vem dando as rédeas de uma agenda que promete esmagar toda forma de oposição. A esquerda saiu das eleições com uma duríssima derrota e com profundas clivagens que se mostram difíceis de ser, senão superadas, ao menos acomodadas⁶ para construção de uma oposição mais sólida e uma agenda antifascista.⁷ Bolsonaro e sua trupe conservadora conseguiram capitular o ódio ao PT como mecanismo de combate a toda esquerda ou quaisquer grupos sociais e políticos que não sejam de direita.

Evidentemente, resgatam um velho ressentimento contra o intelectualismo, identificado na classe artística, nos estudantes de universidade pública e, sobretudo, no ativismo LGBT, vistos como vencedores da guerra pelos melhores postos do capitalismo contemporâneo e, portanto, adversários a serem abatidos. Então, o significado político não pode ser minimizado, pois não se trata apenas de uma derrota eleitoral, mas a consagração eleitoral de uma vitória social. A esquerda, nos últimos anos, acreditou que a política se resumia à gestão da precariedade, enquanto a economia permitia. A direita, por sua vez, fez dela novamente guerra social, apelando aos afetos mais recalcados da sociedade brasileira, que reagiu violentamente escolhendo a autodefesa de seus valores conservadores (COSTA, 2018. Não paginado).

6 Pode-se citar, por exemplo, a dificuldade de articulação encontrada pelo deputado Federal Marcelo Freixo para articular sua candidatura para presidência da Câmara.

7 Não será aqui tratado do debate – ainda em construção – da compreensão do governo Bolsonaro como um governo fascista. De todo modo, o artigo de ATILIO A. BORON (2019), intitulado: “Caracterizar o governo Bolsonaro como “fascista” é um erro grave”, parece, neste momento trazer algumas elucidações importantes. O artigo está disponível no link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/analise/54496/atilio-boron-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave>

Ao chegar à presidência da república, o governo Bolsonaro começa a consolidar sua agenda nefasta para as demandas populares e o caráter ultraconservador de sua plataforma de governo, robustecido na sua explícita vinculação à Igreja,⁸ sobretudo à evangélica, se manifestando a favor das opções mais bizarras e obscuras para compor o alto escalão do governo federal. As bases deste escalão vão desde as militares, passando por lideranças evangélicas, até as ultra e neoliberais.

Em poucos dias de governo, já há um saldo perverso e preocupante de assalto a direitos e extinção de pastas de trabalho importantes, como o ataque à população indígena e quilombola com a transferência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a pasta do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; a mudança de responsabilidade pelo mapeamento, delimitação e demarcação das terras para o Ministério da Agricultura; a retirada das ações destinadas à garantia de direitos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e demais grupos LGBTs; a assunção de comando da política de Direitos Humanos pela Ministra Damares; a exoneração de trabalhadores em função da identificação de opções político-ideológicas desses contrárias ao governo; a nomeação de seis participantes das tropas brasileiras na invasão do Haiti, baseada na linha da militarização promovida pelo *bolsonarismo*; a reestruturação do Ministério da Justiça, outorgando novas atribuições ao ex-Juiz Federal Sérgio Moro, como o extinto Ministério do Trabalho que agora também passa a ser caso de justiça; a divulgação do Decreto que facilita a posse de arma de fogo; o avanço para viabilizar a reforma da previdência⁹ e a privatização de empresas estatais; entre outras ações.

Uma das grandes frentes do “combate ideológico” do governo Bolsonaro parece se localizar no Ministério da Educação, conside-

8 O Estado brasileiro, que nunca foi efetivamente laico e que sempre flertou com o fundamentalismo cristão, ascende a um novo e perigoso patamar antide-mocrático que mescla valores religiosos com militarismo.

9 Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/12/ataques-aos-direitos-recuos-e-confusoes-palacianas-marcam-primeiros-dez-dias-do-governo-bolsonaro/>

rado reduto das ideias do tacanho ultradireitista Olavo de Carvalho, expressas na alocação de pelo menos três de seus “discípulos”: Ricardo Vélez, titular da Pasta, e os seguidores Carlos Nadalim e Murilo Resende que ocupam, respectivamente, a Secretaria Especial da Alfabetização e a Direção da Avaliação da Educação Básica do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). De acordo com Jucá (2019), através dos três declarados “*olavistas* ou *olavetes*”, as ideias e direção teórico-políticas do ultradireitista devem influenciar a política educacional da alfabetização à Universidade, política esta que, *grosso modo*, faz jus à defesa da “escola sem partido”, além de promover o combate à chamada “dogmatização marxista” da Universidade pública, incentivar a sua privatização, o cerceamento da liberdade e autonomia pedagógica, bem como expressamente intencionar a mudança dos meios de eleição dos reitores.¹⁰

As medidas são tomadas em meio à “cortina de fumaça” da “batalha ideológica” que é a “ponta de lança da estratégia de Bolsonaro” (ALESSI, 2019. Sem paginação). Enquanto a ministra Damares dispara a questão da demarcação de cores como padrão para definição de gênero, na propalada frase “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, Bolsonaro enceta providências e ações de cunho mais profundo e danoso, talvez irreversíveis, que concorrem para a dizimação de direitos e expropriações de toda espécie. Conforme atesta o antropólogo Piero Leirner, em entrevista ao *El País*, a estratégia simbólica de Bolsonaro também pode estar atrelada a outra, que é mais complexa, significando mais um prolongamento das táticas de campanha. Trata-se de mais “uma dessas cortinas de fumaça que força uma polarização com setores ‘identitaristas’ e toda uma sorte de agentes, sejam políticos, blogs, imprensa, e ‘famosos’”, o que teria dois objetivos principais:

Em primeiro lugar oblitera todas as ações, que estão sendo realizadas a toque de caixa na colonização de setores estratégicos, como

10 O Ministro da Educação quer mapear ideologia de reitores das Universidades. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/231235-ministro-da-educacao-quer-mapear-ideologia-de-reitores-de-universidades-diz-coluna.html>

energia, tecnologia, educação, geopolítica e relações exteriores, meio ambiente e bem-estar da população, que definem pontos críticos de soberania. Em segundo lugar continua dando combustível para a população que se galvanizou em torno dessas pautas comportamentais (LEIRNER, 2019. Não paginado).

Conforme atesta Barroco (2015), a hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro depende do fortalecimento e do alargamento dos avanços e conquistas democráticas tanto da categoria quanto da base social que orienta a direção política da intervenção dos(as) assistentes sociais, quais sejam: “as forças sociais que lutam pela emancipação articuladas aos trabalhadores e às lutas sociais” (BARROCO, 2015, p.630).

Não restam dúvidas de que essas condições não estão postas no contexto atual e essa onda ultraconservadora pode insuflar tendências históricas de base conservadora do Serviço Social que são remanescentes e encontram-se latentes num ambiente favorável às suas manifestações mais obscuras. Já durante a campanha eleitoral não foram poucas as manifestações de assistentes sociais e estudantes de graduação em Serviço Social demonstrando apoio e declarando votos para o candidato do PSL, bem como surgiram grupos nas redes sociais reclamando a retomada dos valores cristãos para atuação profissional, assim como “a libertação dos cursos de graduação” dos “dogmas do marxismo”.

Ora, o projeto ético-político, se não é resultado exclusivo do processo de ruptura com o conservadorismo, sem dúvida tem suas bases assentadas nele. Contestar a base conservadora significou questionar substancialmente os fundamentos da profissão, processo que não se realizou sem crises, dilemas, equívocos e tampouco ocorreu de forma progressiva/linear e homogênea, passivamente. A afirmação desse projeto crítico perpassa pela correlação de forças que marca uma profissão em sua pluralidade. Sua hegemonia não se consolida de forma imediata; pelo contrário, é mediatizada pelas condições objetivas em que se realiza e pelas subjetivas que determinam a autoimagem da profissão.

A ofensiva ultraconservadora do atual governo e as forças socio-políticas que lhes dão sustentação concorrem para o espraiamento de tendências conservadoras no âmbito da profissão, que colocarão tensões mais densas e desafios ainda mais tangentes ao Serviço Social. Além do que já foi aludido, basta retomar rapidamente alguns dos princípios que endossam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, expressos no Código de Ética Profissional de 1993 (BRASIL, 2012), deixando patente a lógica colidente e dramática dos tempos que se consolidam.

O primeiro princípio, por exemplo, engloba o reconhecimento da liberdade como valor ético central do projeto ético-político e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Este reconhecimento é a expressão evidente de toda base teórica, filosófica e política da profissão do Serviço Social: tem como horizonte a emancipação humana, o que pressupõe a plena expansão dos indivíduos sociais.

Além de uma concepção mais ampla de indivíduo, esse princípio reconhece a liberdade como categoria ontológica do ser social, a qual permite o pleno desenvolvimento do gênero humano. Ela não se restringe, mas pelo contrário, se diferencia radicalmente da liberdade formal inscrita nos limites da emancipação política, possibilitada pela perspectiva dos direitos na sociedade burguesa. De modo radicalmente oposto àquela liberdade meramente individualista, a liberdade “da propriedade privada”, aquela baseada na premissa de que “o seu direito acaba quando começa o do outro”.

Se a liberdade – pensada sob os fundamentos da ontologia do ser social – já é colidente com a lógica da sociabilidade capitalista, é ainda mais cerceada e claramente atacada quando até mesmo a oposição política, a existência da esquerda e dos movimentos sociais passíveis de acomodação em regimes democráticos liberais são colocadas como inimigos diretos do governo.

Neste sentido, o projeto ético-político é golpeado no seu núcleo central – não que isto não fosse possível nos governos anteriores, mas o atual contexto dramatiza e dá contornos de uma clara perseguição político-ideológica e, inclusive, criminalizante. Quando o campo social

das forças políticas tem um Estado cuja hegemonia e controle está sob um grupo dominante reacionário e conservador, como é este de extrema-direita, as liberdades fundamentais já estão solapadas e, portanto, a liberdade concreta para plena expansão dos sujeitos sociais fica com espaço limitadíssimo até mesmo para a disputa da direção social da sociedade. O Serviço Social precisará cada vez mais aglutinar forças junto aos movimentos sociais e ganhar – pela pedagogia da emancipação – cada um dos usuários com os quais atua diretamente. Requerer-se-á um árduo e profundo trabalho de base – não no sentido da militância exatamente, posto tratar-se de intervenção profissional, mas justamente pelo significado político de tal intervenção. Mais do que nunca será vital realizar esse trabalho pedagógico e mobilizador com os indivíduos e grupos que demandam atendimento.

Também no princípio: “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (BRASIL, 2012, p.23) as questões são nodais. Tal princípio congrega duas séries de questões intimamente articuladas: 1) a recusa ao histórico autoritarismo do Estado brasileiro e das classes dominantes, sobretudo àquelas experiências desencadeadas pelo período ditatorial; observe-se que esse princípio foi construído na recém-democratizada sociedade brasileira, mas hoje ele recebe novos determinantes no cenário em que pairam sobre o Estado brasileiro os mecanismos de um governo que aponta não apenas para o aprofundamento da direção coercitiva/punitiva da ação estatal, mas encaminha ações e estratégias de cunho fascista; e 2) a defesa da efetivação dos direitos inerentes ao ser humano na sua condição de dignidade a contrapelo da intensa degradação das condições de vida da classe trabalhadora. Este se constitui outro ponto em que os embates serão ferrenhos para o Serviço Social, haja vista a implacável luta das atuais forças dominantes em desqualificar os direitos humanos, banalizar suas questões elementares, bem como aviltar aqueles que se colocam na perspectiva de sua defesa.

O terceiro princípio traz: a “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhado-

ras” (BRASIL, 2012, p.23). Este princípio reúne algumas polêmicas, sobretudo no tocante ao limite da cidadania no marco da sociabilidade burguesa. No cerne do debate, está a questão posta desde a crítica radical de Marx à cidadania democrática moderna: o limitado nível da emancipação política e a necessidade pujante da emancipação humana como única forma de plena expansão dos indivíduos sociais.

No famoso texto “Sobre a questão judaica”, Marx (2010) desenvolve essa discussão sobre os fundamentos restritos que embasam a Declaração Universal dos Direitos do Homem. No texto, suas indicações sobre emancipação política e emancipação humana são preciosas para compreendermos os limites da primeira e a necessidade da segunda. Entretanto, assumir a emancipação humana como horizonte do projeto profissional do Serviço Social não pode implicar em abrir mão dos direitos civis, políticos e sociais conquistados por intensas e históricas lutas da classe trabalhadora.

É, pois, no sentido de que é necessário manter e aprofundar os direitos de cidadania, como patamar estratégico de atendimento a demandas materiais imediatas dos trabalhadores e como mediação da luta por outra sociabilidade que o referido princípio é ratificado no Código de Ética de 1993 (BRASIL, 2012). A cidadania entendida como campo de contradição, espaço de lutas e correlação de forças, estratégia sempre mais necessária na medida em que a busca descontrolada do capital por altas taxas de lucro tem implicado na retração e destruição de direitos.

No atual contexto, a luta pelos valores da chamada emancipação política se torna imperiosa, face ao ataque desferido às liberdades civis e políticas fundamentais, bem como as ações que impactam diretamente na retirada de direitos e na retração das políticas sociais que garantem esses direitos, como a Emenda Constitucional Nº 95 (BRASIL, 2016). Não se trata de perder de vista o horizonte da emancipação humana, mas a compreensão de que, mais do que nunca, os ganhos civilizatórios da tradição liberal burguesa clássica e os ganhos em função das lutas dos trabalhadores pela ampliação de direitos são mediações imprescindíveis para enfrentamento dessa conjuntura. Nunca foi tão vital aprofundar as lutas nessas trincheiras.

Os desafios também passam pela necessidade de qualificar os conselheiros dos conselhos de direitos, adensar a participação da categoria em espaços como Conselhos municipais, estaduais e federais, bem como nas conferências das diversas políticas sociais. Aprofundar estudos sobre o Orçamento das políticas sociais, publicando não somente junto à categoria, mas aos usuários, movimentos sociais e outras categorias profissionais os seus resultados e a necessidade de pressão para canalização de recursos para as demandas das políticas sociais.

Outro princípio aponta para o “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL, 2012, p. 23). O enfrentamento ao preconceito e o respeito à diversidade é uma questão totalmente inovadora em uma profissão cuja origem conservadora, inclusive de base confessional, teve como marca decisiva, em seus antigos Códigos de Ética – com exceção do Código de 1986 –, o moralismo cristão e o conservadorismo, alicerçado pela formação social brasileira extremamente moralista e assombrosamente intolerante com as formas sociais diversas dos seus padrões societários, assim como o racismo estrutural que marca as relações sociais no país. Este princípio é fundamental, entre outros aspectos, pelo fato de o trabalho cotidiano do (a) assistente social ser realizado em larga medida com grupos sociais discriminados.

Barroco (2015) assinala que, ao explicitar essa temática em um dos Princípios Fundamentais, o Código de Ética de 1993 (BRASIL, 2012), o Serviço Social faz um importante avanço em termos de superação daquele moralismo referido, além de enfrentar o “dogmatismo, ao defender a tolerância, concebida como respeito à diversidade” (BARROCO, 2015, p.205).

Certamente aqui a empreitada do Serviço Social não será menos ferrenha. A profissão tem grande acúmulo teórico-político nesta direção com importantes produções, pesquisas e campanhas do CEFESS e dos CRESSs, que visam combater toda forma de preconceito e discriminação, inclusive com publicação de material informativo e edu-

cação. Também a categoria tem se articulado aos grupos que lutam em prol dessas agendas e engrossado os movimentos e ações desses segmentos. Ainda neste campo pode-se elencar o impulso dado ao debate sobre a questão étnico-racial no próprio Serviço Social e na sociedade brasileira de um modo geral.

Parece que nesse contexto, o princípio que defende a “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (BRASIL, 2012, p. 24) ganha contornos ainda mais tensionados.

Um Código de Ética de base crítica e progressista não poderia imputar ao corpo profissional a “obrigatoriedade”, o arbítrio no que diz respeito à concepção, base teórico-filosófica e política do projeto profissional. Por isso, a defesa do pluralismo vem plasmar os demais valores emancipatórios defendidos. Aspecto relevante em relação a este princípio é o que tange à identificação de pluralismo com ecletismo. A este respeito, Forti (2010, p. 151) faz uma importante observação: “pluralismo – expressão destacada no presente princípio – não significa ‘ecletismo’, ou seja, a aceitação da junção sem critério de diferentes vertentes teórico-filosóficas, ou ‘neutralidade’: a ideia da equivalência de expressões teórico-filosóficas diversas.”

Hoje, porém, não apenas o ecletismo é uma possível “degeneração teórico-política”, visto que expressões abertamente conservadoras despontam sem pudores. É preciso referir aqui as manifestações mais abertas de adesão ao conservadorismo e a direção social impressa pela direita mais conservadora, que vem se processando desde as últimas eleições presidenciais, com claras menções de oposição ao projeto ético-político, citadas anteriormente. Como afirma o princípio, o pluralismo comporta as manifestações democráticas, mas quando estas se afinam a discursos e práticas moralistas, psicologizantes e apelos aos fundamentos da fé cristã para pautar a intervenção profissional e ações de cunho autoritarista, preconceituoso e que atentam contra o direito, a diversidade e a autonomia dos sujeitos com que trabalham os(as) assistentes sociais, elas devem e precisam ser combatidas. Isto exigirá a articulação ainda

mais afinada dos CRESSs com os profissionais, no sentido de identificação de discursos e práticas que firmam o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da profissão, de modo a bloquear tais ações. Também as entidades da categoria precisarão desenvolver estratégias para articulação com estudantes e profissionais formados em cursos EaD, de modo a angariar mais forças em prol do projeto ético-político, uma vez que é possível que a crítica – séria e necessária – à expansão dessa modalidade de ensino venha gerando celeuma com os sujeitos envolvidos nesses espaços e, por vezes, uma certa estranheza ao próprio debate do referido projeto, ou recusa deste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada neste trabalho não tem nenhuma pretensão de saudosismo do ciclo petista e, menos ainda, de prospecção dos movimentos que vêm pela frente. Tão somente foram feitas reflexões de situações concretas, já analisadas pelo Serviço Social, no sentido de encaminhar a análise das tendências que vêm se apresentando e de circunstâncias que consolidam.

Assim, a compreensão dos limites deste breve ensaio é tangente, posto que a complexa conjuntura que está posta é atravessada pelas contradições intensificadas da luta de classes e concorre para intensa dinamização dos acontecimentos. Muita água ainda será lançada no moinho da ofensiva conservadora e da construção da resistência.

Diante de tudo que é tão incerto, é muito certo que afirmar o projeto ético-político e se manter firme na sua defesa será mais necessário do que nunca. Se um dia esteve em questão sua hegemonia, hoje está em pauta a necessidade de enfrentar os ataques frontais de que será objeto.

REFERÊNCIAS

ALESSI, G. *Batalha ideológica é a ponta de lança da estratégia de Bolsonaro*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/bra->

- sil/2019/01/04/politica/1546619303_381027.html. Acesso em: 08/01/2019.
- BARROCO, L. Não passarão: Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2015, n. 124, p. 623-636, out./dez.
- BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, S. O; SALVADOR, E. A assistência social após 20 anos de LOAS: fim da travessia do deserto?. In: *Anais do 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. São Paulo, 2013.
- BEHRING, E. França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2013, n.113, pp.7-52.
- BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei de regulamentação da profissão. 10º ed. Revisada e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016.
- BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, n.78, p.48-68, jul. 2004.
- CARDOSO, P. F. G. O projeto ético-político em tempos de radicalização do conservadorismo: resistência e intransigência na luta por emancipação. *Revista Emancipa: o cotidiano em debate*, São Paulo: Revista do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS 9ª região), n. 1, maio 2016.
- COSTA, H. *A extrema direita, antes de ganhar o parlamento, ganhou corações e mentes e espalhou sua mensagem para todos os cantos do país*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584203-a-gestao-da-precariedade-versus-o-apelo-aos-afetos-dos-recalcados-entrevista-especial-com-henrique-costa>. Acesso em: 16/11/2018.
- DEMIER, F. *As eleições do Golpe (ou o Golpe das eleições): da democracia blindada à democracia dos blindados*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/10/14/as-eleicoes-do>

- golpe-ou-o-golpe-das-eleicoes/. Acesso em: 16/12/2018.
- FORTI, V. *Ética, Crime e loucura: Reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- GARCIA, C. *PT: de oposição à sustentação da ordem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.
- _____. O Serviço Social na cena contemporânea. *Especialização à Distância para Assistentes Sociais. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB, 2009.
- JUCÁ, Beatriz. Os tentáculos de Olavo de Carvalho sobre 57 milhões de estudantes brasileiros. In: *El País – Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/10/politica/1547145578_294383.html. Acesso em: 16/01/2019.
- LEIRNER, Piero. In: *El País – Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/politica/1546619303_381027.html. Acesso em: 14/01/2019.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. In: *Serv. Soc. Soc* [online]. 2017, n. 128, p. 39-53, jan./abr.
- _____. Assistência Social em Debate: Direito ou Assistencialização? Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: *Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional “O trabalho do/a Assistente Social no SUAS”*: Brasília: CFESS, 2011.
- MENDONSA, D. (2012). Gênese da política de assistência social do governo Lula. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-graduação em Sociologia/Universidade de São Paulo.
- NETTO, J. P. A construção do Serviço Social. In: *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. Ana Elizabete Mota et al. (Orgs.). São Paulo: Ministério da Saúde, 2006. p. 141-160.

- QUEIROZ, P. P. (2016). *Neodesenvolvimentismo e contrarrevolução no Brasil (2003 - 2016): crítica à economia política do campo democrático-popular*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, M. P. Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional “O trabalho do/a Assistente Social no SUAS”. Brasília: CFESS, 2011, p. 96-107.
- SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 130, p. 426-446, São Paulo: Cortez, set./dez. 2017.
- SILVA, M. M. (2018). *Desenvolvimento capitalista e assistência social no Brasil: a encruzilhada da modernização com o Plano Brasil sem Miséria, 2011-2016*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social /Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SOUZA, J. (2016). *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social/ Universidade Federal de Pernambuco.
- SPOSATI, A. Assistência Social em Debate: Direito ou Assistencialização? Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional “O trabalho do/a Assistente Social no SUAS.” Brasília: CFESS, 2011.
- TEIXEIRA, J.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. Especialização à Distância para Assistentes Sociais. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB, 2009.

Mossicléia Mendes da Silva

Professora de Serviço Social na UFRJ e Doutora em Serviço Social pela UERJ.

mossi_c@yahoo.com.br

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 330 exemplares.